UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENCRUZILHADA DO SUL

Maria Jocelma da Silva Santos

ENCRUZILHADA DO SUL, RS, Brasil
2010

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENCRUZILHADA DO SUL

por

Maria Jocelma da Silva Santos

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial.

ENCRUZILHADA DO SUL, RS,Brasil
2010

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENCRUZILHADA DO SUL

elaborado por

Maria Jocelma da Silva Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: *Déficit Cognitivo e Educação de Surdos*

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Profª Graciela Fagundes Rodrigues
(Presidente/Orientador)

_____
Rosane Brum Mello

_____
Darléia Machado Ziegler Kanofre

ENCRUZILHADA DO SUL,RS,Brasil
2010

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e coragem apesar dos percalços.

Ao meu filho, Pablo, luz dos meus olhos, por me mostrar todos os dias o mais sublime dos sentimentos, o amor.

Ao André, meu namorado, pela paciência, pelo carinho e acima de tudo por acreditar que eu sou capaz de superar todos os obstáculos que a vida me apresenta.

A Loureni, minha mãe de coração, por ter depositado em mim todos os seus sonhos e ter me dado condições de realizá-los.

A Betinha pelos ensinamentos e incentivo.

A todos os meus familiares que participaram e contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENCRUZILHADA DO SUL

AUTOR: MARIA JOCELMA DA SILVA SANTOS
PROFª. ORIENTADOR: GRACIELA FAGUNDES RODRIGUES
ENCRUZILHADADO SUL,

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular, em escolas municipais de Encruzilhada do Sul e evidenciar possibilidades e desafios educacionais que tal prática apresenta. Adotamos o método qualitativo de pesquisa, com a aplicação de questionário. Observei que o corpo docente indica desconhecimento acerca da metodologia de ensino necessário para alfabetizar um aluno surdo e que a maioria dos professores não teve contato com a Língua Brasileira de sinais (LIBRAS). Averiguei que as maiores dificuldades encontram-se na forma de comunicação entre alunos e professores, pois estes desconhecem a LIBRAS. No entanto, apesar das dificuldades e peculiaridades que a inclusão de alunos surdos na escola regular apresenta, neste estudo observou-se o envolvimento do professor e do aluno com a aprendizagem, assim como as tentativas de reestruturar a prática pedagógica por parte deste professor para dar conta de tal desafio.

ABSTRACT

Article of Specialization
Course of Specialization in Special Education - Deficit Cognitive and Education of deaf people
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

INCLUSION OF THE DEAF PUPIL IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF ENCRUZILHADADO SUL

AUTHOR: MARIA JOCELMA SILVA SANTOS
ORIENTING: PROFª. GRACIELA FAGUNDES
ENCRUZILHADADO SUL,

This work has as objective to present an analysis on the inclusion of the deaf pupil in regular education, the municipal schools of Encruzilhada do Sul and to together evidence possibilities and educational challenges of incluiz it with pupils listeners. We adopt the qualitative method of research with the application of questionnaire for the teacher and pupils, analyzing its performance, these have even so not answered for not being alphabetized. I observed that the faculty does not possess knowledge on the methodology of education necessary to alphabetizer a deaf pupil and that the majority did not have contact with the Brazilian Language of signals (LIBRAS), I verified that the biggest difficulties meet in the form of communication between pupils and teachers, therefore these are unaware of the language that is the LIBRAS. But, although all the difficulties and inadequacies of the room, the pupil look for to develop its learning and the professor if it strengthens and if it pledges in teaching it, exactly without adjusted the practical conditions and the pedagogical ones.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 08

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO 10

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO DE SURDOS 12

3.1. Refletindo sobre a educação inclusiva e a escola que temos.....12

3.2. A escola que temos: aproximações com a cultura surda..... 16

3.3. A inclusão no município de Encruzilhada do Sul.....16

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 22

5. REFERÊNCIAS 24

6. APÊNDICE.....26

6.1. Entrevistas realizadas.....26

1. APRESENTAÇÃO:

A educação especial, tempos atrás, foi caracterizada pela segregação e exclusão, mas essa concepção começou tomar outro delineamento com ênfase na década de 90, com o evento que formalizou a “Educação para todos”, através da Declaração Mundial sobre Educação resultante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos ocorrida em Jomtien, Tailândia (1990), que levantou aspectos a serem considerados na implantação do processo de inclusão. Para isso os educadores podem e devem contribuir para que o aluno surdo possa ter garantido o seu direito a educação e assim integrar-se também na sociedade.

O fato da Educação Especial aliada à inclusão escolar, ser um dos assuntos que estão na pauta em encontros de professores, seminários e congressos que discutem educação, cumprindo exigências dos organismos internacionais em prol de uma sociedade mais inclusiva, entende-se esse processo como de renovação política e educacional. A viabilidade e abrangência da inclusão de todos os alunos será alcançada através do compromisso dos órgãos públicos municipais, estaduais, federais com a qualificação docente, com o investimento em estruturas físicas adequadas as necessidades e com o esforço contínuo de possibilitar a permanência dos alunos na Escola com garantias de aprendizagem.

Esse estudo tem por objetivo apresentar uma análise sobre a inclusão do aluno surdo em escolas municipais de Encruzilhada do Sul, uma vez que a inclusão dos surdos representa um grande desafio para as escolas que devem levar em conta a diversidade de características e necessidades dos alunos e adotar um modelo centrado neles não no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não, apenas no ensino. Este estudo também busca mostrar que as diferenças não inferiorizam as pessoas, e que a dificuldade está em aceitar aquele que possui características diferentes.

Neste trabalho foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, enfatizando a compreensão da realidade, sem a preocupação *a priori* de confirmar ou refutar dados. Utilizou-se um questionário para cada professor titular da turma na qual havia a presença de aluno surdo, analisando como estão sendo desenvolvidos

os processos pedagógicos com a presença deste alunado na classe regular de ensino.

A inclusão de todos surge da necessidade de se construir uma sociedade de cidadãos, sabedores e conscientes de seus valores, direitos e deveres. Para isto, a inserção de todos num programa educacional flexível que possa abranger o mais diferente tipo de alunado, oferecendo o mesmo conteúdo curricular sem perda da qualidade do ensino e da aprendizagem, é necessário.

Estudar sobre a inclusão do aluno surdo nas escolas municipais de Encruzilhada do Sul, refletir sobre práticas pedagógicas desenvolvidas em classes regulares com estes alunos, apontar elementos que caracterizam a comunicação entre o aluno surdo, seu professor e colegas, o uso e o reconhecimento da LIBRAS como primeira língua do surdo e, a forma como as questões que envolvem a cultura surda são tratadas nas escola, são pressupostos que embasam e ratificam esse estudo.

Para finalizar observou-se que o corpo docente não possui conhecimento sobre a metodologia de ensino necessário para alfabetizar um aluno surdo e que a maioria destes docentes não tiveram contato com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), residindo aí, uma das dificuldades para a inclusão. Mas, apesar de todas as dificuldades tanto pedagógicas quanto estruturais como: inadequações da sala com a falta de sinais luminosos e intérprete de LIBRAS, o aluno demonstra construir aprendizagens e o professor busca estratégias educacionais para ensiná-lo, redimensionando sua prática pedagógica de modo a atender as especificidades do aluno surdo.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:

Este trabalho visa apresentar conhecimentos e reflexões sobre a inclusão do aluno surdo em escolas regulares, estudando possibilidades e condições para o acesso e permanência desse aluno na rede municipal de ensino de Encruzilhada do Sul. Nesta perspectiva, esse estudo procura perceber, discutir e analisar a realidade de uma prática pedagógica do contexto em estudo, despertando e conscientizando para a necessidade de inovação dessas práticas, requerendo desse modo, outro olhar sobre a prática e sobre as condições até então presentes. Para que isso ocorra, salienta-se a busca de conhecimentos que contribuam para uma prática ressignificada, a fim de desenvolver uma educação que forme verdadeiros cidadãos, respeitando suas singularidades.

A educação no município de Encruzilhada do Sul está organizada dentro dos seguintes níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Os alunos são atendidos em 26 escolas, assim distribuídas: 3 Escolas de Ensino Fundamental e 8 Escolas de Educação Infantil localizadas na zona urbana e, na zona rural, são 15 escolas, sendo que destas, 6 são Escolas Pólos de Ensino Fundamental e 9 Escolas que trabalham com classe multisseriada (uma professora para as cinco turmas) do 1º ao 5º ano. [1]

Na educação infantil, são crianças dos quatro meses aos três anos atendidas em três creches e crianças dos quatro aos cinco anos, atendidas em cinco escolas infantis, na modalidade pré-escolar.

O ensino fundamental está dividido em anos iniciais e anos finais, são estudantes do primeiro ao quinto ano em escolas unidocentes e, estudantes de escolas pólos de ensino fundamental de nove anos.

Em relação ao quadro docente da rede municipal conta-se com 155 professores efetivos e, em torno de 60 (sessenta) professores são contratados para atuar principalmente na Educação Infantil e nos anos finais do ensino fundamental.

---

[1] Dados obtidos (informação verbal) junto a Secretaria Municipal de Encruzilhada do Sul.

No Educacenso de 2008, foram registrados 10 (dez) alunos com necessidades educacionais especiais na rede municipal de ensino, sendo dois na Educação Infantil e oito no Ensino Fundamental. Porém, em 2009, o Educacenso apontou o registro de seis (6) alunos especiais na Educação Infantil e dezoito (18), no Ensino Fundamental, sendo seis destes surdos. Esses dados revelam um aumento no ingresso desses educandos na rede regular e assim, possibilita pensar-se que esses educandos já estavam nessas escolas e somente tornaram-se visíveis quando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) incluiu no censo educacional, a dados referentes à Educação Especial.

O estudo que apresento, envolveu pesquisas bibliográficas, realização de entrevistas, visitas e observações nas escolas regulares, nas quais alunos surdos estão matriculados. Neste processo investigativo, foram observadas as condições e as necessidades concernentes ao ensino e a aprendizagem destes alunos considerando a realidade do Município de Encruzilhada do Sul.

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO DE SURDOS

3.1. Refletindo sobre a educação inclusiva e a escola que temos

Pensando na escola nos tempos atuais, percebemos mudanças educacionais que ocorreram através dos tempos. Hoje, prevalece como meta a ser atingida pelos sistemas de ensino, a educação inclusiva, onde todos os alunos têm direito a uma educação de qualidade independente da deficiência que possuem, sendo a escola um espaço que reconhece a diferença como própria da condição humana.

A política de inclusão de alunos surdos no ensino regular, não deve consistir apenas na permanência física destes junto aos demais educandos, mas deve fomentar uma análise reflexiva no âmbito escolar. Para que haja possibilidades de efetivar esta meta, se faz necessário que a escola reformule suas práticas pedagógicas, concepções educacionais, atitudinais e metodológicas.

A prática da inclusão social não deve ser de responsabilidade apenas dos órgãos governamentais e entidades educacionais, mas sim de toda a sociedade (Sassaki, 2003) que deve engajar-se e, conjuntamente prover ações que minimizem a exclusão e ampliem a aceitação da diversidade como um meio de qualificar a interação entre todas as pessoas, oportunizando a todos, independência e a capacidade de tornarem - se agentes de seus próprios destinos.

Mantoan (2008) quando se refere a inclusão e às adequações didático pedagógicas necessárias, reafirma a certeza de que incluir não se resume na permanência do educando com necessidade especiais em classes regulares mas sim, na reformulação da metodologia praticada não como

> uma modificação qualquer da prática pedagógica, mas de alterações muito criteriosas, que devem partir do currículo de referenciais da turma (o currículo comum), considerar as necessidades educacionais dos alunos e também seus saberes, suas potencialidades. Não se trata de abandonar o currículo e trabalhar com qualquer atividade, mas sim de construir – propor consciente e criticamente propostas diversificadas, de modo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais tenham garantido o acesso ao conhecimento (p. 79)

A escola que em seu currículo expressa reconhecer a diferença como uma

condição do ser humano, além de modificar profundamente sua estrutura curricular e pedagógica,a fim de que todos os seus alunos aprendam, deve assumir a tarefa de ser produtora de conhecimentos, problematizadora e emancipadora independente das condições biopsicossociais de seus educandos e, essas mudanças não devem ser feitas superficialmente, necessitam de muitos estudos e discussões, pois, estas mudanças não se restringem a escola na dimensão política, dos procedimentos, das atitudes ou, das metodologias, devem servir excepcionalmente para alavancar mudanças na sociedade em geral (SARTORETTO, 2008).

A educação inclusiva deve propiciar a ampliação do acesso aos alunos com deficiência as classes regulares de ensino, oferecendo aos professores suporte técnico prático, teórico e material. Possibilitando aos alunos aprender juntos através de processos educativos diferenciados. Só assim, alcançaremos o objetivo maior da educação inclusiva que é perceber o sujeito e suas singularidades, tendo como metas o crescimento, a satisfação pessoal, a aprendizagem e a inserção social de todos, ou seja, incluir sem segregar.

As políticas educacionais mundiais defendem uma política de inclusão, onde a diferença não deve ser vista como um ponto negativo, mas como uma forma de quebrar o paradigma da deficiência e vislumbrar que surdos e ouvintes possuem limitações sem que estas sejam barreiras impeditivas à escolarização.

3.2. A escola que temos: aproximações com a cultura surda

Políticas educacionais promovem uma educação sustentada na experiência global, mas professores conscientes sabem que a aprendizagem é um processo de construção interna e que o papel principal do educando é o de ser protagonista de sua própria história. Aos professores cabe o papel de alicerçá-los na busca e construção da identidade.

O pós-modernismo trouxe um novo conceito de ser humano. Ser humano como um indivíduo plural e multifacetado com possibilidades inimagináveis que podem ser percebidas na medida em que conhecemos a historiografia dos grupos a que pertencem.

Para Bhabha (1992), a cultura está sempre em processo constante de mudanças, por isso é inacabada e incomensurável, pois é através dela que os costumes, a crenças, os conhecimentos, os povos e a sociedade sobrevivem. Neste contexto, os estudos culturais de Stuart Hall (2003) dizem que há duas formas de se pensar o sujeito de identidade pluricultural: uma que recorre à busca e o resgate do passado de um grupo e outra, que aborda a busca de reposicionamentos, pois vê a identidade como algo fluido. Considerar o surdo a partir da sua cultura é enxergar o sujeito surdo como ele é, um sujeito que possui uma diferença cultural e linguística.

Antigamente o surdo, pelo aspecto social segregador só se comunicava com um grupo restrito de pessoas que criavam um código próprio, compreensível apenas às pessoas daquele círculo. Hoje em dia, o surdo se comunica com o mundo todo usando as novas tecnologias de comunicação e informação como: computadores, internet, câmeras digitais, e-mails, celulares, etc. Com isto ele interfere e produz outras culturas, trazendo para a sociedade elementos que problematizam o multiculturalismo, tomando-o como um discurso de encontros e desencontros da nossa cultura com a diversidade.

A cultura e a identidade surda tem se legitimado, principalmente, pela defesa da língua de sinais, como sendo a língua natural dos surdos, afirmando a necessidade da reinscrição cultural e, consequentemente, diferença pedagógica pois, a LIBRAS é uma comunicação basicamente gestual. Este aspecto influencia de maneira decisiva na cultura surda e no uso que esta comunidade faz da sua língua para produzir e construir novas formas de pensar.

Laborit (2008), em sua autobiografia denominada “O vôo da gaivota” relata conflitos e sentimentos, enquanto pessoa surda e o modo como vê a inserção do surdo em um contexto de ouvintes.

> Utilizo a língua dos ouvintes, minha segunda língua, para expressar minha certeza absoluta de que a língua de sinais é nossa primeira língua, aquela que nos permite ser seres humanos comunicadores. Para dizer, também, que nada deve ser recusado aos surdos, que todas as linguagens podem ser utilizadas, a fim de ter acesso a vida (p.17)

A escola e seu corpo docente devem fazer um diagnóstico das necessidades do aluno surdo, a fim de orientar sua aprendizagem, ampliando o conhecimento da realidade. Para que haja êxito no ensino de surdos é preciso que se tenham projetos educacionais voltados para o ensino da língua brasileira de sinais, elaborando propostas didático pedagógicas diferenciadas, planejando meios diferenciados de aprendizagens, considerando que todos os educandos têm possibilidades de avançar sempre, desde que as barreiras que o impeçam sejam derrubadas.

Essa concepção está expressa na Constituição Federal de 1988 (artigo 208, inciso III), na Declaração de Educação para Todos (1990), na Declaração de Salamanca (1994), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n° 9394/96 e, em decretos e legislações complementares, que colocam que o atendimento especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado preferencialmente na rede regular de ensino.

Vale ressaltar que a atual política educacional do país, assegura um conjunto de recursos e serviços especiais organizados com intuito de apoiar a escola, família, professor e aluno, garantindo assim condições de aprendizagem.

Kozlowski (2002), quando afirma que a existência de uma cultura surda faz parte da educação bilíngue nos faz pensar na necessidade de se compreender a cultura surda, integrando as duas línguas, no universo de conhecimento desse sujeito, sem questionar o uso da LIBRAS pela escola, para que o surdo cresça desenvolvendo completamente suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas. Isso expõe a questão da aquisição do português escrito, como uma segunda língua pelos surdos,sendo uma situação que requer metodologia diferenciada e ações específicas.

O surdo convive com outras culturas e línguas e utiliza-se da sua língua natural, a língua de sinais, para interagir com a cultura dos ouvintes. Neste sentido tanto o surdo quanto o ouvinte precisam compreender a forma diferente que eles têm para comunicar-se com o mundo, sem discriminar ou achar que a língua dos ouvintes ou vice-versa, é mais ou menos importante que a LIBRAS, mas apenas que é diferente e que ambas são um meio incontestável de comunicação entre as duas

comunidades.

Neste convívio entre ouvintes e surdos há sempre a situação de uma nova língua, a de sinais para o ouvinte e a língua portuguesa para o surdo, todos temos que aprender e (re)aprender para descortinarmos a diferença, compartilhando espaços e oportunidades iguais, construindo desta forma uma sociedade que acolha a todos com respeito e valorize o ser humano.

No município de Encruzilhada do Sul temos apenas a Lei n° 2.506 de setembro de 2006, que torna oficial e reconhece no município a Língua Brasileira de Sinais como a língua natural do surdo, assegurando em seu artigo 2º: "acesso à informação e ao atendimento em toda a Administração Pública, direta ou indireta, por servidor em condições de comunicar-se através da LIBRAS" e, no parágrafo único frisa que o "Poder Público poderá estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas, que atuem no atendimento de surdos" (ENCRUZILHADA DO SUL, 2006).

Reconhece como a primeira língua do surdo a LIBRAS e que o uso dela deve ocorrer inclusive, em repartições públicas. Apesar de oficializada, a lei não foi transposta para as ações, pois ainda não há no município nenhum intérprete de LIBRAS .

3.3. Inclusão no município de Encruzilhada do Sul

A pesquisa de campo envolveu professores e alunos surdos de três (3) escolas municipais de Encruzilhada do Sul. Os alunos surdos não participaram do questionário escrito, mas fiz observações dos mesmos e algumas perguntas foram feitas através de sinais.

Para caracterizar as situações encontradas e os levantamentos obtidos em pesquisa de campo, as escolas serão citadas como A, B e C.

A escola B encontra-se situada na zona urbana do Município e possui (1) aluno surdo e as escolas A e C são Escolas Pólos, situadas no interior de Encruzilhada do Sul, sendo que a escola A possui (1) aluno surdo e a escola C (3).

A escola A e C consideram possível a inclusão do aluno surdo na escola regular desde que possua recursos específicos e seus professores possuam habilitação para trabalharem com tais alunos. Já a escola B acha que a inclusão do aluno surdo é bastante complexa e que o professor sente-se apreensivo com tal possibilidade.

Percebe-se que a escola regular, em sua grande maioria, ainda tem arraigada em suas origens a idéia de que todos aprendem igualmente e da mesma forma e, por estes motivos não mudam a sua maneira de ver o diferente, nem privilegiam novas formas de aprender as mesmas coisas.

As três professoras pesquisadas tiveram contato com a LIBRAS através de um curso promovido pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2007.

Quanto às estratégias usadas para que o surdo compreenda as aulas e ocorra aprendizagem, as escolas A, B, C responderam que utilizam sinais caseiros, gestos e figuras. Apenas a professora da escola A utiliza a língua de sinais que aprendeu no curso.

A constatação de que professores não usam a Língua de Sinais, como língua de instrução, nem recursos pedagógicos para o ensino do educando surdo, faz com que a aprendizagem não seja significativa, pois não "permitem que os surdos utilizem a língua como um instrumento que pode servir de estratégia para negociar com ouvintes outros sentidos para o que aprendem" (LOPES, 2008, p.43).

Sabe-se que é um direito assegurado por lei que o aluno surdo seja ensinado através de sua língua, a LIBRAS, embora ele esteja inserido ao mesmo tempo em mais de uma cultura, neste caso, a cultura surda e a cultura ouvinte.

Com base nos pressupostos legais, o surdo é um sujeito bilíngue, cabe ao professor conhecimentos teóricos que traduzam uma prática de respeito à diferença e, especialmente, conhecimento sobre a educação de surdos para que esse educando tenha uma aprendizagem qualitativa, ou seja, que a parte pedagógica seja feita com muita responsabilidade, levando em conta o que o aluno aprendeu e não a

quantidade de conteúdo repassado a eles.

No artigo "Ressignificar a Escola", Pacheco (2006) aborda e pontua que práticas metodológicas obsoletas, ainda circulantes em escolas contemporâneas, são responsáveis pelo fracasso escolar dos educandos como também , se refere à coexistência de professores “dadores de aula” e, outros que se empenham em melhorar a qualidade do ensino que oferecem.

Compreendendo que a aprendizagem dos alunos surdos depende basicamente da qualidade da relação que ele mantém com sua língua materna, como também percebo que, embora não tenham acesso a LIBRAS na infância, chegam às escolas com um código informal de comunicação alternativa gestual e, caseira, que aos poucos, na escola, deve ser substituída pela língua formal do surdo. Portanto, a comunicação não deve ser um obstáculo na relação do professor ouvinte e aluno não ouvinte e, sim ser ponto de integração, instrumento de aprendizagem e de crescimento pessoal para ambos.

Quanto ao tema da avaliação escolar, a escola A diz que não se pode permitir que o aluno surdo seja avaliado somente pelo desempenho linguístico, pois por sua perda auditiva já possui uma defasagem em relação aos outros. Em resposta a este tem, a escola B realiza a avaliação do educando surdo igual a dos demais alunos. A escola C, como em toda escola de Educação Infantil, a avaliação é expressa em um parecer descritivo onde é registrado o progresso do educando nas áreas de conhecimento que refletem o desenvolvimento global do aluno.

Sobre a prática avaliativa, a LDB em seu artigo 24, inciso V, entende que ela deva ser emancipadora e propiciar o crescimento integral do educando para que ele conquiste sua autonomia social.

A posição dada em um primeiro momento pela escola A, remete ao pensamento filosófico de uma escola inclusiva, mas quando se refere ao educando surdo considerando-o como um educando com defasagem de aprendizagem, em relação aos demais, por causa da sua deficiência, dá indícios de que a cultura surda precisa ser vivenciada pela escola enquanto contexto social desse educando, ressaltando que ambas escolas avaliam o surdo e sua segunda língua e ainda o

narram pelo viés da deficiência, concepção clínica da surdez.

No item adaptações curriculares, nenhuma das escolas pesquisadas fizeram as adaptações curriculares e prediais exigidas por Lei, não foram oportunizados os sinais luminosos para que o surdo soubesse a hora dos intervalos e, nenhuma das escolas conta em seu quadro funcional com intérprete de LIBRAS. Neste sentido, Alves (2006) corrobora ao afirmar que:

> devemos oferecer a estes alunos um ambiente saudável e mostrar que todos podem e tem condições de aprender e conviver com respeito e valores humanos, de modo que as adaptações curriculares podem ser realizadas considerando que há um processo diferenciado de aprendizado que pode estar presente na escola (p. 35).

A escola deve procurar a flexibilização do currículo direcionando-se ao encontro das necessidades de cada aluno, propondo uma aprendizagem diferenciada para que cada um seja participante e aprendiz no ambiente escolar.

Quanto ao relacionamento do aluno surdo com os alunos ouvintes, todas as escolas A, B e C disseram que há um ótimo entrosamento, através de sinais não formais, ou seja, não condizentes a LIBRAS. É preciso haver ferramentas mais precisas de avaliação formativa e de regulamentação, mas nenhuma tecnologia, nenhuma reforma estrutural poderá fazer efeito sem a mediação pedagógica. O professor necessita de uma orientação contínua para que ocorram as práticas reflexivas e também a capacidade de inovar sua prática cotidianamente.

Todos os alunos na escola é uma tendência irreversível da educação inclusiva. Hoje em dia, o sistema educacional precisa adequar-se aos diversos tipos de necessidades especiais, porém é necessário que não se alterem apenas os conteúdos, mas que se diversifiquem metodologias e a incorporação das tecnologias de informação e comunicação possibilitando, desta forma, um pluralidade de saberes a serem contemplados pelo currículo.

A escola inclusiva deve promover atividades, onde ouvintes e surdos possam conviver e criar idéias para promover o respeito, a ajuda e a cooperação, valores intrínsecos na inclusão. A escola B promove atividades que integram os alunos ouvintes e surdos, apenas em datas comemorativas, as escolas A e C não realizam

nenhuma atividade de integração. Stainback (2005, p.37) falando sobre aprendizagem e interação diz que “quando as crianças não aprendem juntas e não se compreendem mutuamente, enraíza-se o fenômeno do nós e eles.”

Nenhuma das escolas conhece a Lei Municipal que trata sobre a surdez e que a reconhece como a primeira língua do surdo. Obviamente, por ser uma Lei municipal, o ensino de LIBRAS já deveria fazer parte do currículo das escolas e, educandos surdos deveriam ter garantido o acesso de aprender em sua própria língua.

A inclusão é um caminho sem volta, mas não sem dúvidas e desafios, por isto os docentes precisam urgentemente conhecer as leis educacionais sobre inclusão, principalmente as de seu município, pois sem o conhecimento das mesmas não poderemos cobrar dos governantes as suas responsabilidades legais.

A inclusão do aluno surdo no processo educativo formal vem se constituir num desafio para a escola que, se construiu a partir de um paradigma de normalidade existente na sociedade, de modo que para incluir devemos respeitar e desenvolver o indivíduo em todos os aspectos, dentro do processo de aprendizagem e das relações humanas. Na relação ouvinte / surdo, ambos recriam suas crenças e concepções, se respeitam, se reconhecem e se valorizam em suas diferenças.

Embora haja um grande avanço no atendimento educacional às pessoas com deficiência, no caso do aluno surdo, conclui-se que nas escolas municipais pesquisadas não ocorreram, até este momento, as devidas adaptações para receber nas escolas regulares os alunos surdos. Por isto, os professores não trabalham na perspectiva da construção de uma escola inclusiva, dando indícios de uma “inclusão quantitativa”, com ênfase apenas para atender as demandas legais da inclusão sem o acompanhamento qualitativo da aprendizagem do educando surdo e formação continuada dos professores.

É necessário que se repense a educação dos surdos nas escolas inclusivas, para além da utilização da Língua Brasileira de Sinais, é preciso que se repense a prática educativa, para que de fato ocorra o conhecimento e a acessibilidade a todos os alunos sejam eles surdos ou não (SARTORETTO, 2008).

A ação pedagógica das escolas inclusivas deve estar voltada as possibilidades dos surdos no ambiente escolar desde que se promovam, no espaço escolar, as condições que mencionei ao longo deste estudo. Além disso, haver um esforço coletivo, para que todos e não apenas alguns, tenham acesso a uma educação de qualidade, baseada nos princípios democráticos e igualitários da inclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Para concluir este trabalho, uma citação resume em poucas palavras o que está acontecendo com a inclusão do surdo no ensino regular.

> Mesmo sob a garantia do direito de todos a educação, a diferença pode ser lançada na vala comum dos preconceitos, da discriminação e da exclusão. Inúmeras propostas educacionais que defendem e recomendam a inclusão continuam a diferenciar alunos pela deficiência (MANTOAN, 2005, p.24).

Ao analisar as escolas em questão, concluo que o sistema de ensino ainda não está preparado para atender o aluno surdo e que nem os profissionais da educação estão habilitados para ministrar aulas para os referidos alunos. A maioria desconhece a língua natural dos surdos (LIBRAS) como condição básica para sua aprendizagem. Alguns profissionais da Educação desconhecem as leis sobre inclusão e por este motivo acham complicado incluir o aluno surdo. Outra situação observada foi que nenhuma das escolas fez as adaptações curriculares exigidas por lei, pois é preciso adaptar o ensino para o aluno surdo e, essa prática, implica numa mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das ações escolares, tais como: planejamento acerca da formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo em geral.

Mesmo com todas as dificuldades expostas anteriormente, os professores tentam incluir o aluno surdo, mas como nós sabemos, a inclusão não é feita apenas de boa vontade e sim a partir de muito estudo, preparo, reconhecimento, valorização do surdo e o apoio ao professor na busca de subsídios teórico-práticos que possam sustentar com responsabilidade a inclusão do aluno surdo, enfatizando neste contexto, o conhecimento da LIBRAS, principalmente.

De nada adianta incluirmos os alunos se a escola não está preparada para recebê-los, pois o aluno ficará lá sentado, em sua cadeira, sem interagir com os demais o que caracteriza uma inclusão excludente. Os alunos não se sentem parte da escola, participantes dela, eles acabam achando que desta forma não irão aprender e realmente não aprenderão se os olhares sobre a inclusão destes alunos não forem questionados e ações concretas viabilizadas.

Procurei com meu trabalho de pesquisa, buscar possibilidades de construirmos uma proposta educacional que dê conta das necessidades dos alunos surdos no ensino regular e acreditar que todo aluno é capaz e tem um potencial a ser desenvolvido, desde que respeitada à especificidade de cada um, dadas as condições necessárias e estabelecido um vínculo afetivo entre os envolvidos.

Sei que as dificuldades existem, mas não impedem o desenvolvimento, colocam-se barreiras, mas não fecham-se as portas. Para incluir de forma singular cada sujeito, o professor precisa promover situações de aprendizagem e estar capacitado enquanto docente, para trabalhar com a diferença e com a diversidade em sala de aula.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais:** Espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BHABHA, H. A questão do outro: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo". In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro, Rocco,1992.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Da educação. DF: Senado Federal, 1988.

____. Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96, de 20/12/196.

____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 2/2001. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de Setembro de 2001.

____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 2/2001. Câmara de Educação Básica. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de Setembro de 2001.

____. Lei n° 10.436 de 24 de Abril de 2002. Brasília. Presidência da República.

FENEIS. Acessibilidade e Direitos Humanos dos Surdos. Federação Nacional de Educação e Integração dos surdos – FENEIS/RS. Porto Alegre, 2005.

____. Políticas e Práticas Educacionais para Surdos. Porto Alegre, 2005.

____. Documentos de Comunicação: Como a comunidade surda reivindica seus direitos e os respeitos a tal identidade cultural, 1999.

HALL, S. A. **Identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro.4ªed., RJ: DP&A, 2000.

KOZLOWSKI, L. **O modelo educacional bilíngüe no INES**. Espaço,Rio de Janeiro: n. 18/19, p. 102-105, dez./jul., 2002.

LABORITT, E. **O voo da gaivota.** São Paulo: Best Seller, 2008.

LOPES, M. C. **Surdez & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2.ed. 2008.

LUCKESI, C. C. **Verificação ou avaliação: o que a escola pratica?** São Paulo: FDE, 1990.

MANTOAN, M. T. **Modificações na prática pedagógica**. Revista da Educação Especial Inclusão. Brasília: MEC. Secretaria da Educação Especial.v.04, n° 01, Jan/jun, 2008.

RevistaPátioPedagógico.*Ressignificar a escola*.n.32,p.23, 2006.(Pacheco/entrevista)

SALLES, H. M. M L. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos***,* v.1, Brasília, 2004.

SARTORETTO, M. **Modificações na Prática Pedagógica***.* Revista Aprendizagem, n.8 set/out/2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. 5ª Ed. Rio de Janeiro: 2003.

SOUZA, R. M; GÕES. C. R*.* **O Ensino para surdos na escola inclusiva:** considerações sobre o excludente contexto da inclusão.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. (org). **Inclusão:** Um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

ENCRUZILHADA DO SUL. Lei 2506/2006 de 06 de setembro de 2006. Torna oficial no município, a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências.

THOMA, A. S. LOPES, M. C. **A invenção da surdez:** Cultura, Alteridade, identidade e diferenças no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Princípios de Igualdade e Oportunidades. 1994.

VALLE, B. B. R. do. Et. al. **Fundamentos teóricos e metodológicos do Ensino Fundamental.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

6. APÊNDICE:

6.1 Roteiro de entrevista realizada com os professores das escolas: A, B, C.

1- Como percebes a inclusão de alunos surdos no ensino regular?

2- Você fez algum curso relacionado com a área da surdez?

3- De que forma obteve contato com a LIBRAS?

4- Quais as estratégias que você usa para que o aluno surdo compreenda suas aulas e ocorra aprendizagem?

5- Como é a avaliação feita com o aluno surdo?

6- Na escola já foram feitas as adaptações curriculares exigidas por lei? Caso sim exemplifique.

7- Quais as adaptações que foram feitas na escola para que houvesse a inclusão deste aluno?

8- Como os educandos ouvintes se relacionam com o aluno surdo?

9- Sua escola promove atividades que integrem ouvintes e surdos? Quais?

10- Você conhece a lei municipal que trata sobre o surdo?